



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO  
**Secretaria Municipal de Administração**

PROJETO DE:

LEI Nº. .... DE ..... DE ..... DE 2025.

**“Institui o Adicional de Exposição ao Risco Institucional no âmbito da Secretaria Municipal de Segurança Pública e dá outras providências.”.**

**F.F., PREFEITA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO.**

FAÇO saber, em cumprimento ao disposto no art. 102, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Segurança Pública, o **Adicional de Exposição ao Risco Institucional (AERI)**, destinado aos Secretários, titular e adjunto, designados para o exercício da função de comando, coordenação, prevenção diretamente vinculadas às atividades do cargo.

**Parágrafo único** O Secretário de Segurança Pública, bem como o Secretário Adjunto de Segurança Pública, fazem jus ao adicional de exposição ao risco institucional, mesmo quando cedidos por outras esferas de governo.

**Art. 2º** O AERI tem **caráter indenizatório**, não se incorporando à remuneração, ao vencimento, ao subsídio, à base de cálculo de qualquer vantagem, tampouco aos proventos de aposentadoria ou pensão.

**Art. 3º** O adicional será devido enquanto perdurar o exercício da função que enseje exposição a risco institucional, cessando automaticamente com o desligamento da função.

**Art. 4º** O valor do AERI corresponderá a **50% (cinquenta por cento)** do vencimento básico do respectivo cargo de secretário e secretário adjunto.

**Art. 5º** Considera-se exposição ao risco institucional, para os fins desta Lei, a atuação do secretário e adjunto em funções que envolvam:

**I** – tomada de decisões estratégicas ou disciplinares no âmbito da segurança pública;

**II** – coordenação ou comando de ações operacionais de fiscalização, defesa social ou policiamento preventivo;

**III** – tratamento de informações sensíveis ou de caráter sigiloso relacionadas à segurança pública;

**IV** – representação institucional em situações que possam expor o secretário e adjunto a risco físico, moral ou patrimonial.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO  
**Secretaria Municipal de Administração**

**Art. 6º** O pagamento do adicional será condicionado a ato formal de designação e à comprovação do efetivo exercício das funções descritas nesta Lei.

**Art. 7º** Os efeitos financeiros desta lei retroagem à data da efetiva posse dos secretários.

**Art. 8º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
Sant'Ana do Livramento,                      de                      de 2025.

Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se:

Secretária Municipal de Administração



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO  
**Secretaria Municipal de Administração**

**JUSTIFICATIVA**

Estamos encaminhando, para apreciação desse Egrégio Legislativo Municipal, o projeto de lei que: ***“Institui o Adicional de Exposição ao Risco Institucional no âmbito da Secretaria Municipal de Segurança Pública e dá outras providências.”***

A criação do **Adicional de Exposição ao Risco Institucional (AERI)** tem por finalidade **reconhecer a peculiaridade das funções de comando e gestão na área da segurança pública municipal**, cujas atribuições implicam **risco pessoal e institucional acentuado**, demandando decisões sensíveis e, por vezes, sujeitas a pressões externas ou potenciais ameaças por parte dos secretários que estipularão as políticas públicas de prevenção e combate à criminalidade dentro da esfera de competência da GCM.

O adicional possui natureza **indenizatória**, e não remuneratória, atendendo aos princípios da **moralidade, legalidade e impessoalidade**, e evita a utilização indevida de funções gratificadas ou gratificações de serviço para finalidades não compatíveis com sua origem.

A medida encontra respaldo no art. 37, caput e inc. X da Constituição Federal, bem como na jurisprudência do **Supremo Tribunal Federal (RE 593.068/SC – Tema 43)**, que admite a extensão de adicionais de risco a servidores públicos, desde que instituídos por lei local específica.

Trata-se, portanto, de iniciativa **juridicamente viável, moralmente legítima e administrativamente necessária**, contribuindo para a valorização e segurança dos secretários públicos que atuam na linha de frente da gestão da segurança municipal, o que os diferencia dos gestores administrativos.

Em vista disso, a presente proposição tem por objetivo **instituir o Adicional de Exposição ao Risco Institucional (AERI)**, destinado aos Secretários municipais designados para funções de chefia, coordenação e representação da Secretaria de Segurança Pública, com enfoque em ações de planejamento, prevenção e combate aos crimes correlatos à função da GCM, apoio às demais forças de segurança, entre outras exposições que a liderança dos cargos os expõem.

Ressalta-se que a proposta fundamenta-se nos **princípios da legalidade, moralidade, eficiência e valorização do servidor público**, previstos no art. 37 da Constituição Federal, e visa reconhecer a natureza peculiar e sensível das atribuições exercidas por gestores da área de segurança pública, que se encontram expostos a riscos diretos e indiretos decorrentes de suas decisões e da natureza estratégica de suas atividades.

Importa destacar que a presente iniciativa **não se confunde com função gratificada, gratificação de representação ou de serviço**, possuindo **caráter indenizatório** e natureza **compensatória**, vinculada à exposição permanente a situações de risco institucional e pessoal, inerentes ao exercício da função de comando.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO  
**Secretaria Municipal de Administração**

Dessa forma, A instituição deste adicional representa medida de **justiça administrativa, valorização dos secretários da segurança pública e proteção institucional àqueles que exercem funções de comando e tomada de decisão**, garantindo maior estabilidade e eficiência na gestão das políticas municipais de segurança.

Pelo exposto e, principalmente pela relevância do tema, é que estamos encaminhando o presente projeto de lei para apreciação desse Legislativo, esperando aprovação por parte dos ilustres Vereadores.

Sant'Ana do Livramento, 13 de novembro de 2025.

**ANA LUIZA MOURA TAROUCO**  
Prefeita Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO  
**Secretaria Municipal de Administração**

**DECLARAÇÃO DE ORDENADOR DE DESPESA**

**ANA LUIZA MOURA TAROUCO**, Prefeita Municipal, no uso das minhas atribuições legais e em cumprimento as determinações do inciso II do art. 16 da Lei Complementar 101/2000, na qualidade de ordenador de despesa, declaro que foi incluído nas peças orçamentárias 2025 do Poder Executivo, o que propõe o Projeto de Lei que ***"Institui o Adicional de Exposição ao Risco Institucional no âmbito da Secretaria Municipal de Segurança Pública e dá outras providências."***, de acordo com os termos dos artigos 16 e 17 da LRF, e, conforme o estudo de impacto financeiro que acompanha o presente projeto, o ente público municipal dispõe de orçamento para a alteração proposta.

Sant'Ana do Livramento, 13 de novembro de 2025.



**ANA LUIZA MOURA TAROUCO**  
Prefeita Municipal